

LEI Nº 1.079 DE, 06 DE SETEMBRO DE 2023***DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA
LEI MUNICIPAL Nº 406/2007***

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso das atribuições que lhe confere o [inciso V do Art. 57](#) da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada na Lei Municipal nº 406, de 12 de junho de 2007, a nomenclatura do cargo de "Técnico Processamento de Dados", passando a denominar-se "[Analista de Tecnologia da Informação](#)".

§ 1º Na Lei Municipal nº. 406 de 12 de junho de 2007, Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos Efetivos do Município de São Roque do Canaã – ES, a classe do cargo que especifica o caput deste artigo passa a integrar a classe definida como "[L](#)".

§ 2º O [anexo I \(descrição dos cargos\)](#) da Lei n.º 406, de 12 de junho de 2007, em relação ao cargo que especifica o caput deste artigo fica alterado conforme a seguir:

.....
...

CARGO: *Analista de Tecnologia da Informação*
CBO: 2124
CLASSE: L
PADRÃO DE VENCIMENTOS: 01

.....
...

CONDIÇÕES DE TRABALHO
Jornada de trabalho: máximo 08 (oito) horas diárias, 40 (quarenta) horas semanais e 200 (duzentas) horas mensais.
Especial: o exercício do cargo poderá determinar o trabalho aos sábados, domingos e feriados.
Sujeito ao uso de uniforme.
LOTAÇÃO: Secretarias Municipais
REQUISITOS PARA PROVIMENTO:
Idade Mínima: 18 anos
Grau de Instrução: Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas ou outro Curso Superior na Área de Informática.

.....
...

Art. 2º Os requisitos para provimento do cargo que trata o caput do artigo 1º desta lei contidos no [anexo II](#) (distribuição de cargos por grupo ocupacional e requisito para ingresso) da Lei nº 406, de 12 de junho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

”

...

GRUPO TÉCNICO DE SERVIÇOS	L	2	Analista de Tecnologia da informação	2124	40 Horas	Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas ou outro Curso Superior na Área de Informática.
---------------------------------	---	---	--	------	-------------	---

”

Art. 3º As despesas autorizadas na presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 26 de julho de 2023.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de setembro de 2023

MARCOS GERALDO GUERRA
PREFEITO MUNICIPAL

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Prefeitura Municipal da São Roque do Canaã.

LEI Nº 1.081 DE, 21 DE SETEMBRO DE 2023***DISPÕE SOBRE O REPASSE EM
COMPLEMENTAÇÃO AO PISO DOS
PROFISSIONAIS DE
ENFERMAGEM E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.***

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere o [inciso V do Art. 57](#) da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar aos servidores elegíveis, do quadro do Poder Executivo Municipal, efetivos e contratados, como complemento remuneratório, o repasse financeiro referente à assistência financeira complementar da União, destinada ao cumprimento do piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, previsto na Lei Federal n.º 14.434, de 04 de agosto de 2022.

§ 1º O cálculo do valor a ser repassado a cada servidor seguirá àqueles específicos informados, via relatório próprio de sistema do Ministério da Saúde (InvestSUS), respeitando as normativas publicadas pelo Ministério da Saúde para a aplicação da Assistência Financeira Complementar para o pagamento do Piso Salarial dos Profissionais da Enfermagem.

§ 2º O repasse somente ocorrerá aos servidores regulares junto ao Ministério da Saúde, bem como somente ocorrerá se houver repasse dos recursos pela União Federal, em consonância com o Art. 167, §7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 128, de 22 de dezembro de 2022.

Art. 2º O pagamento do valor estabelecido no art. 1º desta Lei, será efetuado por meio de complementação remuneratória, a ser discriminada no contracheque do servidor contemplado, parcela esta que não integrará os vencimentos do servidor, de qualquer natureza, nem será utilizada como base de cálculo para quaisquer benefícios ou adicionais previstos na legislação municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir da competência mensal que se refere o repasse da União Federal.

Gabinete do Prefeito, 21 de setembro de 2023.

MARCOS GERALDO GUERRA
PREFEITO MUNICIPAL

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Prefeitura Municipal da São Roque do Canaã.

LEI Nº 1.088 DE, 23 DE NOVEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 407/2007

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso das atribuições que lhe confere o [inciso V do Art. 57](#) da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a classe denominada como "G" na [Lei Municipal nº 407, de 12 de junho de 2007](#), Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos Efetivos da Área da Saúde do Município de São Roque do Canaã – ES.

Art. 2º Na [Lei Municipal nº 407, de 12 de junho de 2007](#), a classe do cargo de Agente Fiscal Sanitário passa a integrar a classe definida como "G".

Parágrafo único. Os [anexos I](#) (descrição dos cargos) e [II](#) (distribuição de cargos por grupo ocupacional e requisito para ingresso), da Lei nº 407, de 12 de junho de 2007, ficam alterados em relação a classe funcional do cargo de Agente Fiscal Sanitário de "F1" para a classe "G".

Art. 3º O [anexo VI](#) da Lei Municipal nº 407, de 12 de junho de 2007, passa a vigorar, conforme o anexo I, desta Lei.

Art. 4º As despesas autorizadas na presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 11 de setembro de 2023.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de novembro de 2023

MARCOS GERALDO GUERRA
PREFEITO MUNICIPAL

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Prefeitura Municipal da São Roque do Canaã.

ANEXO I

(A QUE SE REFERE O ART. 3º DA LEI 1.088//2023)
Anexo VI da Lei Municipal nº. 407/07 – Tabela Financeira
Estrutura do Plano de Carreira dos Cargos da Área da Saúde
Piso de vencimentos: R\$ 921,20

Classe	Padrão	Valor	Classe A				Classe B				Classe D				Classe D1				Classe E			
			Nível				Nível				Nível				Nível				Nível			
			I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
			Padrão				Padrão				Padrão				Padrão				Padrão			
A	P01	921,20	1																			
	P02	958,05	2	1																		
	P03	996,37	3	2	1																	
	P04	1.036,23	4	3	2	1																
B	P05	1.077,68	5	4	3	2	1															
	P06	1.120,78	6	5	4	3	2	1														
	P07	1.165,61	7	6	5	4	3	2	1													
	P08	1.212,24	8	7	6	5	4	3	2	1												
	P09	1.260,73	9	8	7	6	5	4	3	2												
	P10	1.311,16	10	9	8	7	6	5	4	3												
	P11	1.363,60	11	10	9	8	7	6	5	4	1											
D1	P12	1.418,15	12	11	10	9	8	7	6	5	2	1			1							
	P13	1.474,87	13	12	11	10	9	8	7	6	3	2	1		2	1						
	P14	1.533,87	14	13	12	11	10	9	8	7	4	3	2	1	3	2	1					
	P15	1.595,22	15	14	13	12	11	10	9	8	5	4	3	2	4	3	2	1	2	1		
E	P16	1.659,03	16	15	14	13	12	11	10	9	6	5	4	3	5	2	1		2	1		
	P17	1.725,39	17	16	15	14	13	12	11	10	7	6	5	4	6	5	4	3	3	2	1	
	P18	1.794,41									8	7	6	5	5	4	3	2	4	3	2	
	P19	1.866,19									9	8	7	6	8	7	6	5	5	4	3	
F1	P20	3.631,17									10	9	8	7	9	8	7	6	6	5	4	
	P21	2.018,47									11	10	9	9	10	9	8	7	7	6	5	
G	P22	2.099,21									17	16	15		12	11	10	9	8	7	6	
	P23	2.183,17									17	16			12	12	11	10	9	8	7	
	P24	2.270,50									17				14	13	12	11	10	9	8	
	P25	2.361,32													15	14	13	12	11	10	9	
	P26	2.455,77													16	15	14	13	12	11	10	
	P27	2.554,01													17	16	15	14	13	12	11	
	P28	2.656,17																				
	P29	2.762,41																				
	P30	2.872,91																				
	P31	2.987,82																				
	P32	3.107,34																				
	P33	3.231,63																				
	P34	3.360,90																				
	P35	3.495,33																				
	P36	3.635,15																				
	P37	3.780,55																				
	P38	3.931,77																				
	P39	4.089,04																				

	P40 P41	4.252,61 4.422,71					
--	--------------------------	------------------------------------	--	--	--	--	--

LEI Nº 1.089, DE 28 NOVEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA
LEI MUNICIPAL Nº 406/2007

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere o [inciso V do Art. 57](#) da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, na [Lei Municipal n.º 406, de 12 de junho de 2007](#), o cargo, conforme quadro abaixo:

Grupo Ocupacional	Classe	Cargos	CBO	Carga Horária Semanal	Escolaridade Mínima Para Ingresso
GRUPO TÉCNICO DE SERVIÇOS	F1	Técnico em Segurança do Trabalho	351605	44 Horas	Ensino Médio completo e curso profissionalizante de Técnico em Segurança do Trabalho, ou Ensino Médio com especialidade em Técnico em Segurança do Trabalho, em ambos os casos com registro no Ministério do Trabalho.

Parágrafo único. O pré-requisito para o provimento do cargo criado neste artigo, a classe a que pertence, a descrição de suas atribuições, a carga horária, a escolaridade mínima exigida para ingresso, são os dispostos no Anexo único desta lei, que fica incluído no [Anexo I \(Descrição dos Cargos\)](#) da Lei 406, de 12 de junho de 2007.

Art. 2º Fica criada, na [Lei Municipal n.º 406, de 12 de junho de 2007](#), 01 (uma) vaga no cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho.

Art. 3º Com as alterações estabelecidas por esta Lei, fica incluído no Anexo II (Distribuição de Cargo por Grupo Ocupacional e Requisito para Ingresso) da Lei Municipal n.º 406, de 12 de junho de 2007, no grupo Técnico de serviços, o cargo de [Técnico em Segurança do Trabalho](#), conforme, abaixo:

Classe	Cargos	CBO	Carga Horária Semanal	Escolaridade Mínima Para Ingresso
F1	Técnico em Segurança do Trabalho	351605	44 Horas	Ensino Médio completo e curso profissionalizante de Técnico em Segurança do Trabalho, ou Ensino Médio com especialidade em Técnico em Segurança do Trabalho, em ambos os casos com registro no Ministério do Trabalho.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de novembro de 2023

MARCOS GERALDO GUERRA
PREFEITO MUNICIPAL

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Prefeitura Municipal da São Roque do Canaã.

ANEXO ÚNICO

(A que se refere o parágrafo único do Art. 1º da Lei nº 1.089, de 28 de novembro de 2023)

REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DO CARGO

CARGO: Técnico de Segurança do Trabalho

CBO: 351605

CLASSE: F1

PADRÃO DE VENCIMENTO: 01

ATRIBUIÇÕES:

Informar ao Secretário Municipal de Administração, através de parecer técnico, sobre os riscos existentes nos ambientes de trabalho, bem como orientá-los sobre as medidas de eliminação e neutralização;

Informar os servidores sobre os riscos da sua atividade, bem como as medidas de eliminação e neutralização;

Analisar os métodos e os processos de trabalho e identificar os fatores de risco de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho e a presença de agentes ambientais agressivos ao servidor, propondo sua eliminação ou seu controle;

Executar os procedimentos de segurança e higiene do trabalho e avaliar os resultados alcançados, adequando-os estratégias utilizadas de maneira a integrar o processo prevencionista em uma planificação, beneficiando o servidor;

Executar programas de prevenção de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho nos ambientes de trabalho, com a participação dos servidores, acompanhando e avaliando seus resultados, bem como sugerindo constante atualização dos mesmos estabelecendo procedimentos a serem seguidos;

Promover debates, encontros, campanhas, seminários, palestras, reuniões, treinamentos e utilizar outros recursos de ordem didática e pedagógica com o objetivo de divulgar as normas de segurança e higiene do trabalho, assuntos técnicos, visando evitar acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho;

Executar as normas de segurança referentes a projetos de construção, aplicação, reforma, arranjos físicos e de fluxos, com vistas à observância das medidas de segurança e higiene do trabalho, inclusive por terceiros;

Encaminhar aos setores e áreas competentes normas, regulamentos, documentação, dados estatísticos, resultados de análises e avaliações, materiais de apoio técnico, educacional e outros de divulgação para conhecimento e auto desenvolvimento do servidor;

Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção contra incêndio, recursos audiovisuais e didáticos e outros materiais considerados indispensáveis, de acordo com a legislação vigente, dentro das qualidades e especificações técnicas recomendadas, avaliando seu desempenho;

Executar as atividades ligadas à segurança e higiene do trabalho utilizando métodos e técnicas científicas, observando dispositivos legais e institucionais que objetivem a eliminação, controle ou redução permanente dos riscos de acidentes do trabalho e a melhoria das condições do ambiente, para preservar a integridade física e mental dos servidores;

Levantar e estudar os dados estatísticos de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho, bem como calcular a frequência e a gravidade

destes para ajustes das ações preventivistas, normas regulamentos e outros dispositivos de ordem técnica, que permitam a proteção coletiva e individual;

Articular-se e colaborar com os setores responsáveis pelos recursos humanos, fornecendo-lhes resultados de levantamento técnico de riscos das áreas e atividades, para subsidiar a adoção de medidas de prevenção pessoal dos servidores;

Informar aos secretários municipais sobre as atividades insalubres, perigosas e penosas existentes, bem como seus riscos específicos, bem como as medidas e alternativas de eliminação ou neutralização dos mesmos, bem como o uso correto e adequado dos EPI's;

Avaliar as condições ambientais de trabalho e emitir parecer técnico que subsidie o planejamento e a organização do trabalho de forma segura para o servidor;

Articular-se e colaborar com os órgãos e entidades ligados à prevenção de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho;

Participar de seminários, treinamento, congressos e cursos visando o intercâmbio e o aperfeiçoamento profissional; Executar demais atividades correlatas e/ou designadas pelo superior;

Cooperar para o trabalho integrado;

Executar atividades correlatas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO: Jornada de trabalho máxima de: 08 (oito) horas diárias, 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 220 (duzentas e vinte) horas mensais.

Especial: o exercício do cargo poderá determinar o trabalho aos sábados, domingos e feriados. Sujeito ao uso de uniforme.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

Idade Mínima: 18 anos

Grau de Instrução: Ensino Médio completo e curso profissionalizante de Técnico em Segurança do Trabalho, ou Ensino Médio com especialidade em Técnico em Segurança do Trabalho, em ambos os casos com registro no Ministério do Trabalho.

RESPONSABILIDADES:

a) Pelo serviço executado;

b) Comprometimento com o material de consumo, com equipamentos e materiais permanentes à sua disposição;

c) Demais responsabilidades elencadas na Lei que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Administração

São Roque do Canaã, 28 de novembro de 2023

LEI Nº 1.092, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023**DISPÕE SOBRE O VALE
ALIMENTAÇÃO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso da atribuição que lhe confere o [inciso V do art. 57](#) da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O [art. 167](#) da Lei Municipal nº 564 de 02 de dezembro de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 167 O valor do auxílio-alimentação para o ano de 2024, de que trata o artigo 166 e sua respectiva recarga mensal será de R\$ 500,00 (quinhentos reais)."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024 e revogando as disposições em contrário, especialmente o [art. 2º](#) da Lei Municipal nº 914 de 22 de dezembro de 2019.

Gabinete do Prefeito, 13 de dezembro de 2023.

**MARCOS GERALDO GUERRA
PREFEITO MUNICIPAL**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Prefeitura Municipal da São Roque do Canaã.

LEI Nº 1.093, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NAS
LEIS MUNICIPAIS NºS 564/09,
945/2020 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso das atribuições que lhe confere o [inciso V do Art. 57](#) da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O [artigo 29](#) da Lei Municipal nº 564, de 02 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29 O regime de trabalho do servidor do magistério em função de docência, com atuação na educação infantil ou no ensino fundamental, poderá ser de 01 (um) ou de 02 (dois) cargos da seguinte forma:

I – 01 (um) cargo:

- a) correspondente a uma jornada de trabalho de até 25 (vinte e cinco) horas semanais, em cada turno; ou
 - b) correspondente a uma jornada de trabalho de 40 (quarenta) semanais;
- e

II - 02 (dois) cargos, cada um deles correspondente até 25 (vinte e cinco) horas semanais, em cada turno.

§ 1º Cada cargo do magistério, em função de docência, representa:

I - um período matutino, vespertino ou noturno integral de trabalho, correspondente até 25 (vinte e cinco) horas semanais, podendo ser ampliada até 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação; ou

II - um período de trabalho correspondente a 08 (oito) horas diárias e de 40 (quarenta) semanais.

.....
."

Art. 2º Ficam criadas na [Lei nº 945, de 12 de agosto de 2020](#), - Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais do Magistério Público Efetivo do Município de São Roque do Canaã – ES, as vagas nos seguintes cargos conforme quadro abaixo:

GRUPO OCUPACIONAL	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	CARGOS	ÁREA DE ATUAÇÃO	CBO	ESCOLARIDADE MÍNIMA PARA INGRESSO
GRUPO DE DOCENTE	PI	02	Professor	Educação Infantil	2311	Licenciatura plena com habilitação em Educação Infantil
		07		Anos iniciais do Ensino Fundamental	2312	Licenciatura plena com habilitação para anos iniciais do Ensino Fundamental.

	PE	07	Professor	Educação Especial	2392	Licenciatura plena com habilitação em educação especial ou Licenciatura plena na área de educação com formação em nível de pós-graduação "Lato-Sensu" em Educação Especial.
	PF	10	Professor	Língua Portuguesa	2313	Licenciatura Plena na área específica para a área de atuação para o exercício nos anos finais do Ensino Fundamental
				Matemática		
				História		
				Geografia		
				Ciências		
	PI/PF	06	Professor	Língua Estrangeira (Inglês)	2311/ 2312/ 2313	Licenciatura Plena na área específica para a área de atuação. Para a disciplina de Educação Física, faz-se necessário, também o registro no respectivo conselho de classe.
				Arte		
				Educação Física		
				Ensino Religioso		
GRUPO DE ESPECIALISTAS	PD	02	Pedagogo	Educação Básica	2394	Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em supervisão escolar, orientação escolar, administração escolar ou inspeção escolar,

					ou licenciatura plena com curso de formação de especialistas em educação a nível de pós-graduação "Lato-Sensu", e no mínimo 03 (três) anos de experiência docente.
--	--	--	--	--	--

§ 1º O anexo I (descrição dos cargos) da Lei Municipal n.º 945, de 12 de agosto de 2020, em relação ao [cargo de professor](#) (classe: PI, PF e PI/PF) fica alterado conforme a seguir:

"CARGO: Professor
CBO: 2311, 2312 e 2313
CLASSE: PI, PF e PI/PF

.....
...

CONDIÇÕES DE TRABALHO:
Jornada de trabalho: máximo 40 (quarenta) horas semanais e 200 (duzentas) horas mensais, sendo que quando houver extensão de carga horária a jornada de trabalho poderá ser de máximo 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 220 mensais.

.....
.."

§ 2º O anexo I (descrição dos cargos) da Lei Municipal n.º 945, de 12 de agosto de 2020, em relação ao [cargo de professor](#) (classe: PE) fica alterado conforme a seguir:

"CARGO: Professor
CBO: 2392
CLASSE: PE

.....
...

CONDIÇÕES DE TRABALHO:
Jornada de trabalho: máximo 40 (quarenta) horas semanais e 200 (duzentas) horas mensais, sendo que quando houver extensão de carga horária a jornada de trabalho poderá ser de no máximo 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 220 mensais.

.....
.."

Art. 3º Com as alterações estabelecidas por esta Lei, o [ANEXO II](#) (distribuição de cargos por grupo ocupacional e requisito para ingresso) da Lei Municipal nº 945 de 12 de agosto de 2020, passa a vigorar conforme o ANEXO I desta Lei.

Art. 4º Com as alterações estabelecidas por esta Lei, o [ANEXO VII](#) (tabela financeira - estrutura do plano de carreira dos profissionais do magistério (nível superior 40 horas) da Lei Municipal n.º 945 de 12 de agosto de 2020, passa a vigorar conforme o ANEXO II desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 13 de dezembro de 2023

MARCOS GERALDO GUERRA
PREFEITO MUNICIPAL

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Prefeitura Municipal da São Roque do Canaã.

ANEXO I
(A QUE SE REFERE O ARTIGO 3º DA LEI 1.093, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023)
ANEXO II DA LEI 945/2020
DISTRIBUIÇÃO DE CARGO POR GRUPO OCUPACIONAL
E REQUISITO PARA INGRESSO

GRUPO OCUPACIONAL	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	CARGOS	ÁREA DE ATUAÇÃO	CBO	ESCOLARIDADE MÍNIMA PARA INGRESSO
GRUPO DE DOCENTE	PI	71	Professor	Educação Infantil	2311	Licenciatura plena com habilitação em Educação Infantil
				Anos iniciais do Ensino Fundamental	2312	Licenciatura plena com habilitação para anos iniciais do Ensino Fundamental.
	PE	16	Professor	Educação Especial	2392	Licenciatura plena com habilitação em educação especial ou Licenciatura plena na área de educação com formação em nível de pós-graduação "Lato-Sensu" em Educação Especial.
	PF	30	Professor	Língua Portuguesa	2313	Licenciatura Plena na área específica para a área de atuação para o exercício nos anos finais do Ensino Fundamental
				Matemática		
				História		
				Geografia		
				Ciências		
	PI/PF	24	Professor	Língua Estrangeira (Inglês)	2311/ 2312/ 2313	Licenciatura Plena na área específica para a área de atuação. Para a disciplina de Educação Física, faz-se necessário,
				Arte		

				Educação Física		também o registro no respectivo conselho de classe.
				Ensino Religioso		Licenciatura Plena na área específica ou licenciatura em qualquer área do conhecimento, acrescida de curso de pós-graduação "lato sensu" em Ensino Religioso que atenda as prescrições da legislação vigente
GRUPO DE ESPECIALISTAS	PD	11	Pedagogo	Educação Básica	2394	Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em supervisão escolar, orientação escolar, administração escolar ou inspeção escolar, ou licenciatura plena com curso de formação de especialistas em educação a nível de pós-graduação "Lato-Sensu", e no mínimo 03 (três) anos de experiência docente.
	IE	1	Inspetor escolar	Educação Básica	2394	Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Inspeção Escolar ou Licenciatura Plena na área de educação com curso de inspeção escolar em nível de pós-graduação "Lato-Sensu", e no mínimo 03 (três) anos de experiência docente.

ANEXO II
(A QUE SE REFERE O ARTIGO 4º DA LEI 1.093, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023)
ANEXO VI - D DA LEI 945/2020
ESTRUTURA DO PLANO DE CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
PISO DE VENCIMENTO: R\$ 3.282,98
CARGA HORARIA 40 HORAS - NÍVEL SUPERIOR

Classe	Piso	Valor	Nível			
			I	II	III	IV
			Padrão			
PI, PD e IE	P13	3.282,98	1			
	P14	3.414,30	2	1		
	P15	3.550,87	3	2	1	
	P16	3.692,90	4	3	2	1
	P17	3.840,62	5	4	3	2
	P18	3.994,25	6	5	4	3
	P19	4.154,02	7	6	5	4
	P20	4.320,18	8	7	6	5
	P21	4.492,98	9	8	7	6
	P22	4.672,70	10	9	8	7
	P23	4.859,61	11	10	9	8
	P24	5.054,00	12	11	10	9
	P25	5.256,15	13	12	11	10
	P26	5.466,40	14	13	12	11
	P27	5.685,06	15	14	13	12
	P28	5.912,46	16	15	14	13
	P29	6.148,96	17	16	15	14
	P30	6.394,92		17	16	15
	P31	6.650,71			17	16
	P32	6.916,74				17

**DISPÕE SOBRE
GRATIFICAÇÃO ESPECIAL E
DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Prefeitura Municipal da São Roque do Canaã.

LEI Nº 1.097, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023***CONCEDE ABONO AOS
SERVIDORES PÚBLICOS DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO ROQUE DO CANAÃ-ES.***

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso das atribuições que lhe confere o [inciso V do Art. 57](#) da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido abono pecuniário aos Servidores Públicos da Câmara Municipal de São Roque do Canaã, em atividade, quer sejam efetivos e comissionados, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a ser pago em parcela única, na folha de vencimentos do mês de dezembro do corrente ano.

Art. 2º O abono a que se refere o art. 1º desta Lei não incorpora, nem integra os vencimentos dos servidores, em nenhuma hipótese, e, para quaisquer efeitos, e, sobre ele, não incidirão quaisquer vantagens.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Roque do Canaã – ES, 21 de dezembro de 2023.

**MARCOS GERALDO GUERRA
PREFEITO MUNICIPAL**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Prefeitura Municipal da São Roque do Canaã.

LEI Nº 1.098, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023

***CRIA GRATIFICAÇÃO PARA
O DESEMPENHO DA
FUNÇÃO DE AGENTE DE
CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO
, NO ÂMBITO DO PODER
LEGISLATIVO DO
MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE
DO CANAÃ/ES.***

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere o [inciso V do Art. 57](#) da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada gratificação para o desempenho da função de Agente de Contratação/Pregoeiro, prevista no art. 8º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. A gratificação de que trata o caput deste artigo será no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento bruto do Cargo Chefe do Setor de Contabilidade e Recursos Humanos, de provimento em comissão, Padrão 01-01-C2.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

São Roque do Canaã – ES, 21 de dezembro de 2023.

**MARCOS GERALDO GUERRA
PREFEITO MUNICIPAL**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Prefeitura Municipal da São Roque do Canaã.